

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 04/2025

Sessão Ordinária Realizada no dia 05 de setembro de 2025

Presidente da Assembleia

Manuel Augusto Meirinho Martins

Secretários

1.º Secretário – Germano Fernandes; 2.º Secretário – Idalina Mendes Lopes.

Substituições

Elisabete Martins Ramos Robalo (*substituída por Manuel Augusto Alves Lousa*); António Bernardo Morgado Gomes Dionísio (*substituído por Anacleto Afonso Gonçalves*); Jorge Manuel Dias (*substituído por Bruna Ribeiro Reis*); Marisa Sofia Gonçalves Martins (*substituída por Manuel Augusto Nabais*); Luís Manuel Nunes Sanches (*substituída por Celino Augusto*); Fernando Joaquim Pires Januário (*substituída por Alexandrina Goreti Fernandes Martins Dias*); Junta de Freguesia de Alfaiates (*representada pelo secretário: Ana Matilde Matos Sousa*), Junta de Freguesia de Nave (*representada pelo secretário: Elisabete Tomé Cabral*); Junta de Freguesia do Soito (*representada pelo secretário: Marta Oliveira Martins*)

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam dos registos administrativos respetivos.

Os membros José Ramos Pires Manso, Alexandre Manuel Nunes Gonçalves, Patrícia Alexandra Pereira Batista e o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Espinho não estiveram presentes, nem representados, tendo enviado aos serviços correspondente justificação de ausência, que foi aceite pelo Presidente.

Hora de Abertura

Quinze horas.

Local

Auditório Municipal do Sabugal

Às quinze horas, dado haver quórum, o Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão.

Antes da Ordem do Dia

Ponto 1 - Discussão e votação da ata da Sessão ordinária realizada no dia 27-06-2025

Deliberação: A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da sessão ordinária realizada no dia 27-06-2025**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo.

Não se verificaram intervenções neste ponto.

Ponto 2 - Expediente

O senhor **Presidente da Assembleia** deu conhecimento do expediente recebido:

- A **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar o Voto de Louvor** apresentado pelos Grupo Municipal do PSD, ao qual se associaram os restantes Grupos Municipais, cujo teor consta no anexo 1, **dirigido a toda a população do concelho pelo empenho, coragem e solidariedade demonstrados no combate aos incêndios que recentemente assolaram o território do Sabugal**.

- Seguidamente, foram apresentados e submetidos à apreciação do plenário os seguintes **Votos de Pesar**:

- Pelo Grupo Municipal do PSD, e subscritos pelo Grupo Municipal do PS, pela CDU e pelo Grupo de Cidadãos Independentes, foram apresentados Votos de Pesar pelo falecimento de:
 - **Daniel Esteves** – operacional colaborador da Afocelca, vítima do combate ao incêndio no Sabugal.
 - **Alda Matias** – vítima do acidente ocorrido no Elevador da Glória, natural da Bendada.
- Pelo Grupo Municipal do PS, e subscrito pelo Grupo Municipal do PSD, pela CDU e pelo Grupo de Cidadãos Independentes, foi apresentado Voto de Pesar pelo falecimento de:
 - **Manuel Martins Fortuna** – pai do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Casteleiro.

A **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **aprovar todos os referidos Votos de Pesar**, manifestando o seu profundo pesar e endereçando às respetivas famílias as mais sentidas condolências, tendo sido feito **UM MINUTO DE SILÊNCIO**.

- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Situação económica-financeira a 30 de junho de 2025 (para efeitos do art.º 77 da Lei 73/2013 de 3 de setembro).**

O Sr. Presidente da Assembleia deu nota de uma carta recebida pelo Sr. José Escada a solicitar que uma intervenção fosse considerada como expediente e registada em ata, ao qual lhe foi comunicado que nos termos legais e regimentais tal não é possível.

Ponto 3 – Assuntos Diversos

O Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos do Ponto 3, relativo a pedidos de esclarecimento ao Sr. Presidente da Câmara.

Pelo Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 2.

A Sr.ª Sandra Silvestre, Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, questionou o ponto de situação da planificação do novo ano letivo por parte do executivo.

O Sr. Manuel Lousa solicitou esclarecimentos sobre os pormenores da cedência das instalações do SmartWork Center, propriedade do Município, à empresa Servinform, para desenvolvimento da sua atividade económica.

O Sr. José Galhano começou por agradecer ao executivo pela disponibilização de equipa médica, no entanto, não é suficiente, havendo sempre oportunidade no próximo ano para melhorar, realçando também a presença de veterinário. Sobre os incêndios, referiu que é importante que sejam repensadas as medidas de prevenção.

Por último referiu que ao fim de cinco mandatos, a presente sessão seria a sua última, tendo agradecido às pessoas e aos grupos que o convidaram a integrar as listas. Deu nota que os últimos 4 anos do órgão deliberativo foram dececionantes, no entanto, espera que no próximo mandato as pessoas olhem mais para o concelho do Sabugal e não para o próprio umbigo.

Pelo Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso, em nome do grupo municipal do Partido Socialista, felicitou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal pela comemoração do 130.º aniversário no dia 7 de agosto. Agradeceu o trabalho das Juntas de Freguesia e Comissões de Festas na concretização das festas realizadas ao longo do concelho.

Sobre a aprovação do protocolo de cedência das instalações do SmartWork Center à empresa Servinform referiu que é positivo e tem o apoio do grupo municipal do PS quando o objetivo é a criação de postos de trabalho. Questionou se a Servinform ocupará a totalidade do edifício; se o espaço será transformado em call center; se a Câmara não teria um espaço mais apropriado para ceder à empresa Servinform e qual o objetivo de realizar uma Reunião de Câmara extraordinária para anunciar a esta medida eleitoralista. Por último, deu nota que em 2017 foi dito que seria instalada a empresa Randstad, pelo que espera que a Servinform se instale e crie os 70 postos de trabalho e que se aguarda também a conclusão das obras do hotel.

A Sr.^a Silvina Silva procedeu à leitura da sua intervenção, cujo teor consta no anexo 3.

Pelo Grupo Municipal da CDU

O Sr. João Manata, sobre os incêndios, disse que os bombeiros e a Câmara Municipal fizeram o seu melhor, não sendo correto culpabilizá-los, devendo sim responsabilizar os sucessivos governos que menosprezaram o interior.

De seguida, sugeriu alocar novamente a mesa e bancos anteriormente situados na sombra da tília situada em frente ao Tribunal. Questionou quando é que está pensado requalificar o muro em frente à casa do Sr. Padre Soita e o ponto de situação a estrada Sabugal-Guarda.

Pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, alia-se a todos os agradecimentos enumerados, destacando o executivo, pelo facto de estarem presentes no combate direto aos incêndios, com os meios que tinham e que a população tinha. Referiu ainda que Sortelha e as localidades circundantes devem estar preparadas para este tipo de incêndios a cada 8 ou 9 anos, devido à orografia do terreno. O executivo deverá apoiar as Juntas de Freguesia para estarem preparadas com meios locais e de proximidade para este tipo de situações e apoiarem-se entre si.

Findas as intervenções, concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Câmara procedeu à leitura da sua intervenção, referente aos esclarecimentos sobre os incêndios e do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios que assolaram o território, cujo teor consta no anexo 4. Lamentou também o aproveitamento político feito com o que ocorreu nos incêndios.

Em resposta à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, Sandra Silvestre, a Sr.^a Vice-presidente da Câmara referiu que o início do ano letivo já está preparado sempre a articulação com a direção do Agrupamento de Escolas. Em termos de docentes, dos 60 docentes colocados, dois estão de baixa, pelo que o assunto está a ser resolvido pelo diretor do Agrupamento de Escolas.

Sobre o pessoal não docente o Agrupamento de Escolas apresenta um rácio acima do estipulado pelo Ministério da Educação, ou seja, há pessoal não docente suficiente para assegurar um ano letivo com qualidade e visando o sucesso dos alunos. Referiu ainda que as AEC's estão garantidas em todas as escolas do Agrupamento.

O ano letivo terá início dia 12 para o pessoal docente e não docente, com a presença de uma oradora para conversar e discutir as melhores práticas e melhores formas de lidar com algumas das problemáticas existentes nas escolas.

Para os pais encarregados de educação também haverá uma sessão no dia 13 à tarde.

Portanto, está tudo preparado para o arranque do ano letivo, ressaltando a boa colaboração com todas as entidades no território, Escola da Cerdeira e IPSS's, com quem foram estabelecidos protocolos para garantir o serviço de alimentação.

Prosseguindo, o Sr. Presidente da Câmara em resposta ao Sr. Manuel Lousa e restantes membros da Assembleia que abordaram a instalação da empresa Servinform no Smart Work Center referiu que nunca havia sido referido que era uma incubadora de empresas e que havendo interesse por parte da empresa na infraestrutura não a localizaria noutro local. Esclareceu que a Servinform vai fazer atendimento a algumas multinacionais (Endesa, Novo Banco, Aquapor) e outros serviços que possam desenvolver. O protocolo prevê a instalação da empresa dentro de 60 dias e vai ocupar 190 m², o restante espaço pode ser ocupado por outras empresas que se pretendam instalar.

Em resposta ao Sr. José Galhano, referiu que a questão médica correu bem realçando o salvamento de uma vida humana na capeia de Aldeia Velha, concordando que há sempre situações a melhorar.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal dos Cidadãos Independentes:

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, informou que há uma linha de financiamento na CCDR para dotar as Juntas de Freguesia com meios

de combate a incêndios, caso contrário será o município a fazê-lo, através de candidatura à ITI da CIM.

O assunto relacionado com a preparação e formação das Juntas para os incêndios foi abordado com a CCDR que, para além de uma linha de financiamento específica, também irá efetuar ações de formação.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal do PS:

Em resposta à Sr.^a Silvina Silva, disse que já foi solicitado à APAL uma estimativa para que a Câmara possa assumir o valor. Sobre as restantes questões foram explanadas anteriormente e constam do anexo 4.

Sobre a intervenção do Sr. João Manso sobre a conclusão das obras no Hotel, o Sr. Presidente da Câmara deu nota que é um investimento privado, estando a sua reabertura prevista para o final do ano.

Às questões colocadas pelo Grupo Municipal da CDU:

Acerca da intervenção do Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o equipamento foi retirado devido à instalação do presépio, no entanto, será avaliada a sua recolocação juntamente com a Junta de Freguesia. Sobre a questão da Servinform já havia respondido anteriormente, aquando da resposta à Sr.^a Sandra Silvestre.

Intervieram novamente os grupos municipais:

Grupo Municipal do PSD

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que aquando da sua anterior intervenção e da falta de solidariedade entre as freguesias, esclareceu que nesta situação do incêndio, se não houver união e trabalho em conjunto não é possível fazer nada, lembrando que no início do mandato apelou à união entre as Juntas de Freguesia, no entanto, não obteve feedback. Com a entrada do novo ciclo apela novamente a essa união, independentemente dos grupos municipais.

O Sr. José Galhano agradeceu ao Sr. João Manata, que ao longo dos 20 anos, apresentou uma postura coerente na Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da União de Freguesias da Lageosa e Forcalhos, João Nunes, comunicou que sempre batalhou que houvesse resposta por parte do município aos pedidos das Juntas de Freguesia. Na sequência de um pedido recente, sobre sinalização vertical, obteve a

resposta, a qual agradeceu, uma vez que é um serviço de proximidade para com as Juntas de Freguesia.

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fosse mais específico ao afirmar que houve aproveitamento político, tendo esclarecido que jamais se aproveitaria da desgraça dos outros. Reconhece o trabalho e esforço do Sr. Presidente da Câmara no decorrer do incêndio, esclarecendo que a questão colocada se prende com a ativação tardia do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil.

Sobre a Servinform reconhece a credibilidade da empresa, sendo uma mais-valia a sua instalação no Sabugal, tendo referido apenas que ao longo dos anos, esse tipo de notícias ser divulgada em vésperas de campanhas. Por último referiu que o espaço do SmartWork Center está bem conseguido e a não ocupação total do espaço pela Servinform vai permitir que microempresas e nómadas digitais se possam instalar no nosso concelho.

Grupo Municipal da CDU:

O Sr. João Manata agradeceu as palavras endereçadas pelo Sr. José Galhano.

Relembrou o Sr. Presidente da Câmara das questões colocadas anteriormente: estrada Sabugal-Guarda e em frente à casa do Sr. Padre Soita.

O Sr. João Aristides disse que as pessoas que mais criticaram, atacaram e difamaram a atuação da Câmara ao longo do incêndio são apoiantes do Chega.

Em resposta às questões anteriormente colocadas pelo Sr. João Manata, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, sobre a estrada Sabugal-Guarda, está assinado o Acordo de Gestão, no valor de 21 milhões de euros, estando o projeto em fase de execução. Vai ser realizado o estudo de impacto ambiental e o estudo de tráfego, estando previsto o seu arranque em 2027. Sobre o muro, a sua requalificação está integrada na obra de requalificação da rua Dr. Francisco Maria Manso.

Esclareceu o Sr. João Manso que a Reunião de Câmara extraordinária foi marcada devido aos assuntos PDM e PU.

ORDEM DO DIA

Ponto 01 – Discussão e votação da repartição plurianual de encargos da empreitada “Infraestruturas de lazer na envolvente à Barragem do Sabugal – Área de Intervenção A1”

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção, aprovar a repartição plurianual de encargos da empreitada “Infraestruturas de lazer na envolvente à Barragem do Sabugal – Área de Intervenção A1”, nos termos da informação registada sob o nº 10574 de 27-06-2025.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto, tendo dito que o assunto se prende com a repartição de encargos da obra supracitada. A área de intervenção A1 insere-se num conjunto de investimentos contemplados no plano de ordenamento da barragem. A obra está adjudicada e terá início assim que haja visto do Tribunal de Contas.

Interveio o seguinte Grupo Municipal:

Grupo Municipal do PS

O Sr. João Manso afirmou que o Partido Socialista votará favoravelmente a repartição de encargos, no entanto, a opinião sobre a estação náutica é que não passa de um conceito teórico pois não há condições nem estruturas para a prática de desportos náuticos. De seguida referiu que em anterior sessão o Sr. Presidente da Câmara referiu que a vantagem da estação náutica certificada era a possibilidade legal de acesso a financiamento para a realização das obras, solicitou esclarecimentos sobre o fundo comunitário que financia por via da estação náutica a empreitada Infraestruturas de lazer na envolvente à Barragem do Sabugal.

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a obra é financiada com o empréstimo (500 mil euros) e com capitais próprios. A estação náutica é um mecanismo associado ao Prover das Estações Náuticas e não está relacionado com a obra acima citada.

Ponto 02 – Discussão da proposta de alteração da tabela de taxas relativamente às Zonas de Caça Municipais

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar proposta de alteração da tabela de taxas relativamente às Zonas de Caça Municipais”, nos termos da informação registada sob o nº 11311 de 11-07-2025.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto, tendo dito que a aprovação da alteração das taxas para as zonas de caça

municipais para diferentes espécies cinegéticas é da competência da Assembleia Municipal. Referiu ainda que está a ser considerada uma isenção de taxas nas zonas ardidas.

Interveio o Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que já abordou a temática dos javalis e dos prejuízos causados em anteriores sessões e que uma das formas de fazer o controlo da espécie é através da caça, podia o executivo considerar nessa isenção um bónus de taxa para os caçadores locais, conservando a taxa para os exteriores, no que à espécie do javali diz respeito. Ressalvou ainda a importância de resolver, de forma célere, a temática em causa.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara afirmou a importância de controlar o efetivo do javali.

Ponto 03 - Discussão e votação da correção do cabimento prévio de encargos com base no Índice de Preços do Consumidor sem habitação Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética a celebrar pela Câmara Municipal do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a correção do cabimento prévio de encargos do Contrato Piloto de Gestão de Eficiência Energética a celebrar pela Câmara Municipal do Sabugal, nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 10428, datada de 25-06-2025.

O Sr. Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar o ponto, tendo dito que a Câmara tem uma ESE a funcionar - investimento na iluminação pública através de uma ferramenta legal e financeira ao dispor dos municípios, tendo sido feito um investimento de cerca de 3 milhões e meio. Durante 20 anos a Câmara terá de amortizar a dívida, em que a lei prevê que haja, de acordo com o caderno de encargos, atualização do quociente anualmente, pelo que é da competência da Assembleia Municipal a aprovação da correção da repartição de encargos do oitavo ano da referida ESE.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 04 – Discussão e votação da Participação Variável no IRS, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º da lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

Deliberação: A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n.º 12432, datada de 05-08-2025, deliberou, **por maioria, com 03 votos contra e 3 abstenções, prescindir da participação de IRS para o ano de 2026**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que se trata de um documento recorrente na Assembleia de setembro, e que o Município entendeu manter a devolução dos 5% aos munícipes, ou seja, a Câmara vai prescindir de 392.985,00€.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 05 - Discussão e votação da Taxa Municipal do Direito de Passagem, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 169.º da Lei das Comunicações Eletrónicas, aprovado em anexo à Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Regulamento n.º 153/2024, de 01 de fevereiro, Regulamento da Taxa Municipal de Direitos de Passagem aos Municípios

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **manter a taxa em vigor de 0%, viabilizando a sua inclusão na Tabela de Taxas a aprovar para vigorar em 2026**, nos termos da informação registada sob o n.º 12433, datada de 05-08-2025.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a Câmara deliberou manter a taxa em vigor de 0% porque ao colocar a taxa em 0,25%, as operadoras iriam refletir essa taxa com um aumento das faturas dos munícipes.

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 06 - Discussão e votação dos Relatórios de Implementação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana de Sortelha, Sabugal e Soito e O Relatório de Monitorização das ORU's

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, **aprovar os Relatórios de Implementação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana de Sortelha, Sabugal e Soito e O Relatório de Monitorização das ORU's**, conforme informação registada sob o n.º 12722, datada de 08-08-2025.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara disse que a lei prevê que se faça a monitorização anual das ORU's, nomeadamente de Sortelha, Sabugal e Soito. O objetivo é que a Assembleia se pronuncie sobre a execução. Afirmou que os relatórios apresentam um elevado grau de exigência, não sendo, por vezes, fácil a sua execução, no entanto, o prazo para aplicação dos relatórios é de 10 anos. O Sabugal apresenta uma maior taxa de execução.

Intervenção o Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso referiu que após a leitura dos três relatórios, verifica-se que, de facto, há uma maior execução no Sabugal, no entanto, os técnicos relembram a necessidade de criar uma unidade orgânica interna flexível para gerir e dar apoio sobre informações relacionados com a reabilitação urbana e dar a conhecer aos sabugalenses as possibilidades que têm ao seu dispor. Reforçou também a necessidade da qualificação e revitalização dos espaços comerciais para reforço da economia local. Os relatórios apontam também uma falha de investimento nas freguesias e o relatório da ORU do Soito é o que se encontra bastante atrasado mesmo sendo para implementar em 10 anos. De seguida enumerou algumas obras que considerou importantes e não estão concretizadas (Edifício da antiga Junta de Freguesia e o Posto da GNR; apoio ao comércio tradicional; dinamização cultural e estudo do trânsito; dos 5 espaços públicos de socialização, 3 ainda não foram implementados; reforço da rede digital wi-fi; modernização das infraestruturas urbanas – colocação de ecopontos e na implementação de medidas na valorização de resíduos). Terminou referindo que os técnicos dão nota da urgência para a implementação do plano.

Em resposta ao Sr. João Manso, o Sr. Presidente da Câmara frisou novamente que o plano é para 10 anos, tendo referido obras que desconhecia. Evidenciou que o comércio local tem sido revitalizado através das candidaturas à Sabugal Investe; a questão da colocação de ecopontos é da responsabilidade da Resistrela por indicação do Município; o antigo edifício da Junta de Freguesia é património da Junta e que o edifício da GNR foi alvo de intervenção recentemente.

Terminou referindo que, na íntegra, o mais urgente foi feito, no entanto, é importante mais objetividade no futuro.

Intervenção novamente o Grupo Municipal do PS:

O Sr. Filipe Nunes disse que o Sr. Presidente da Câmara referiu e bem que há muita coisa feita nas três localidades que não constam dos relatórios porque o que não está dentro das delimitações das ARU's não é contabilizado para o efeito. Realçou que tanto os Presidentes de Câmara como os Presidentes de Junta têm de ter perfeito conhecimento dos dados que contam nos relatórios e daquilo que é preciso executar.

O Sr. João Manso disse que não é correto o Sr. Presidente da Câmara referir que os técnicos são demasiado exigentes porque os tempos que decorrem obrigam a que todos sejam

exigentes. Além disso, em pleno século XXI é importante para a qualidade de vida das populações essa exigência.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara deu nota que o documento é uma estratégia, havendo muitos investimentos que não estão em Plano e Orçamento da Câmara porque existem outras prioridades e necessidades. É um documento orientador que se pretende eu seja executado o máximo possível, mas por vezes, por falta de financiamento não se consegue executar.

Ponto 07 - Discussão e votação do Projeto do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal (PIRPES)

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de Regulamento do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal (PIRPES), conforme informação registada sob o n.º 12774, datada de 12-08-2025.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que é um documento de vital importância para a requalificação do património, onde é possível ter alguns benefícios fiscais (IVA reduzido, deduções de IRS, isenção de taxas de licenciamento). Abrange obras de requalificação, obras de alteração, obras de reconstrução e obras de ampliação. Tem quatro programas que refletem vários níveis de complexidade e profundidade. O apoio concedido não poderá exceder 13.600,00€.

Interveio o Grupo Municipal do PS:

O Sr. Filipe Nunes começou por referir que o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana é de 2009 e ao fim de 16 anos o município decide fazer um regulamento. É um documento muito importante que aliado às zonas onde existe ARU pode incentivar os proprietários dos imóveis degradados a ter benefícios fiscais e benefícios monetários na reabilitação dos mesmos edifícios. Parabenizou o Sr. Presidente pelo documento, no entanto, o que peca é o tempo que já foi perdido. Doravante, é importante trabalhar em conjunto, sendo que a Câmara Municipal vai ser responsável por este documento, realçando que o mesmo deverá ser dinâmico e que, após a sua divulgação deverá ser divulgado de forma a esclarecer e ajudar eventuais interessados. Também deverá o Município, anualmente, publicar na página o número de projetos apoiados, bem como a sua publicação, de forma a manter o dinamismo do documento.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, apesar de tardiamente, o documento foi feito. Está prevista a divulgação do mesmo e formação com alguns gabinetes técnicos de forma a ajudar os munícipes interessados.

Ponto 08 - Discussão e votação da Proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal do Sabugal (PDM) e Proposta de Alteração Simplificada do Plano de Urbanização do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração Simplificada do Plano Diretor Municipal do Sabugal (PDM) e Proposta de Alteração Simplificada do Plano de Urbanização do Sabugal (PU), nos termos e com os fundamentos constantes da informação registada sob o n.º 13031, datada de 20-08-2025.

Acerca do ponto, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os planos incidem com alteração do local onde se realiza o mercado (zona de equipamento) para zona habitacional tipo 1 – habitação para jovens a custos acessíveis, para que seja possível junto da CCDDR fazer essa alteração. O PDM é de 3.ª geração e permite este tipo de alterações com rapidez.

Intervenção do Grupo Municipal do PS:

O Sr. João Manso referiu que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente, no entanto, este modelo deveria ser replicado nas freguesias. De seguida questionou qual o n.º de lotes que serão feitos.

O Sr. Filipe Nunes referiu que, segundo a cartografia, toda a área destinada ao equipamento. Destacou que a parcela junto ao Centro de Saúde também está destinada a criação de lote, no entanto, questionou se não seria importante salvaguardar uma faixa desse lote para uma possível ampliação ou outra valência do Centro de Saúde.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o regulamento é aplicável aos jovens se a soma das idades não ultrapassar 80, apenas pagando 50% do valor por m². Sobre a ampliação do Centro de Saúde referiu que não está prevista, no entanto, poderá ser recomendada.

Sobre os loteamentos nas freguesias, o Sr. Presidente da Câmara referiu que a criação de loteamentos em 30 freguesias teria um custo muito avultado. Por sua vez, nas freguesias incentivaria à reconstrução.

Acerca do número de lotes disse que o estudo prévio prevê entre 28 e 33 lotes.

Interveio o Grupo Municipal do PSD:

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, referiu que pelo preço do lote poderão comprar uma casa na freguesia do Baraçal.

Ponto 09 - Discussão e votação da Atribuição de Medalhas de Mérito Cívico do Município do Sabugal

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto, **atribuir a Medalha de Mérito Cívico aos Presidentes de Junta de Freguesia que tenham completado 3 Mandatos em exercício de funções.**

Na votação obtiveram-se os seguintes resultados:

Votos a favor: 48

Votos contra: 02

Abstenção: 05.

Sobre o ponto, o Sr. Presidente da Câmara começou por esclarecer que no dia do concelho decorre a atribuição de medalhas de mérito, tendo sido decidido, em Reunião de Câmara a atribuição de medalhas de mérito cívico aos Presidentes de Junta cessantes por completarem 3 mandatos (J. F Águas Belas, J. F. Aldeia Velha, J.F. Cerdeira, J.F. Quintas de São Bartolomeu, J.F. Vale de Espinho, U.F. Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos, U.F. Lageosa e Forcalhos e U.F. Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas).

Não se verificaram intervenções no presente ponto.

Ponto 10 – Atividade Municipal

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos enviados sobre a Atividade Municipal.

O Sr. João Manso questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a Situação-Financeira, folha 1, terceiro item, a Câmara só cobrou 7,1% daquilo que tinha previsto cobrar em taxas, multas e outras penalidades, ou seja, é um valor muito baixo em termos de execução, pelo que solicitou esclarecimentos.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que o valor de 298.000,00€ era uma previsão, tendo apenas sido cobrados 21.000,00€. No entanto, averiguará a situação.

Solicitou novamente a palavra o Sr. João Manso para realçar a importância do papel da fiscalização nas mais diversas áreas do município (limpeza de terrenos, ligações diretas de água, entre outros), ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que as ligações diretas de água são da responsabilidade da APAL.

Intervenção do Público

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se algum membro do público pretendia intervir.

Foi concedida a palavra ao Sr. José Antunes Fino, tendo abordado o tema Dache. Começou por referir estar presente para defesa da sua honra em relação ao caso em causa. Transmitiu que em duas sessões de Assembleia solicitou informações sobre o caso supracitado, tendo sido negadas pelo Sr. Presidente da Assembleia Geral, quer pelo anterior Presidente do executivo e que escreveu três artigos no jornal Cinco Quinas, aos quais nunca obteve resposta, o que indica total falta de transparência. Perante isso, transmitiu toda a informação ao Ministério Público, à Polícia Judiciária, à Inspeção Geral de Finanças e ao Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas decidiu que o terreno e o edifício são do Município, pelo que não pode adquirir um terreno que é seu de direito. Referiu ainda que a Dache interpôs uma ação administrativa no Tribunal Fiscal de Castelo Branco contra o Município do Sabugal, alegando a caducidade do direito de superfície sem reversão. Verificou-se um acordo sancionado pelo Tribunal através de despacho em que não há direito à reversão.

Em resposta, o Sr. Presidente da Câmara referiu que as instâncias se pronunciaram e as queixas encontram-se arquivadas, não havendo mais nada a acrescentar.

Findas as intervenções do público, tomaram a palavra os Grupos Municipais para tecerem considerações em relação ao mandato que cessa.

Grupo Municipal Cidadãos Independentes

Em representação do Grupo Municipal Cidadãos Independentes, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sortelha, Jorge Lourenço, referiu que é com grande sentido de responsabilidade que exerceram as respetivas funções da melhor forma de forma a dignificar as freguesias, o concelho e a assembleia.

Grupo Municipal da CDU

Em representação do Grupo Municipal da CDU, o Sr. João Manata referiu que integra a Assembleia há 40 anos e que sempre exerceram as respetivas funções tendo em conta os melhores interesses para o município.

Grupo Municipal do PS

Em representação do Grupo Municipal do PS, o Sr. João Manso destacou dois momentos positivos do mandato: a sessão solene das comemorações dos 50 anos do 25 de abril e a presença dos alunos da Escola Secundária, levantando questões pertinentes a todos. Desempenharam as funções da melhor forma possível, agradecendo a paciência da melhor forma possível, mas cujo objetivo será sempre o sucesso do concelho.

Grupo Municipal do PSD

Em representação do Grupo Municipal do PSD, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, Carlos Borregana, começou por abordar que houvera momentos difíceis, reafirmando que era um privilégio tê-lo como Presidente da Assembleia. Quanto ao executivo, referiu que não foi difícil defender a respetiva causa, cumprindo o projeto a que se propuseram e, por vezes, indo além desses objetivos, felicitando-os por isso. Quando ao Grupo Municipal do PS, referiu que a interação poderia ter ido mais longe, no entanto, destacou a cordialidade e correção com que sempre se trataram.

Dirigindo-se ao representante do Grupo Municipal da CDU, referiu estarem quase sempre em desacordo devido às ideologias dos partidos, concordando quando estava em causa o verdadeiro âmago, desejando-lhe as melhores felicidades.

Sobre o Grupo dos Independentes, não houve grande interação e não conseguiu vê-los como um grupo, mas como três pessoas independentes, desejando as melhores felicidades.

Acerca do Grupo Municipal do PSD lamentou as vezes que não correspondeu às expectativas e agradeceu o apoio, enaltecendo a criação de um grupo plural, livre e democrático.

O Sr. Presidente da Câmara começou por agradecer a dedicação e experiência do Sr. Presidente da Assembleia.

Agradeceu ao executivo pelo papel colaborador e empenho.

Dirigindo-se aos representantes dos Grupos Municipais, começou por agradecer o papel desempenhado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal como líder da bancada do PSD; agradeceu ao Sr. João Manso pelo desempenho enquanto oposição e lamentou qualquer situação menos correta da sua parte; agradeceu ao Grupo Municipal

dos Cidadãos Independentes pelo seu empenho e dedicação; ao Grupo Municipal do CDS não considerou a sua postura positiva para o concelho; destacou as figuras incontornáveis do Sr. João Manata e do Sr. João Aristides, sempre atento aos problemas de proximidade.

Por último, destacou a importância da relação com os Presidentes de Junta e o papel importante dos serviços no acompanhamento e preparação do processo administrativo das Assembleias.

O Sr. Presidente da Assembleia referiu que é nesta dinâmica de permanência e renovação que os grupos municipais contribuem para a defesa dos munícipes e que o papel do Presidente é garantir a independência do órgão e a interação entre todos os grupos. Salientou que foram atingidos dois grandes objetivos: tornar a Assembleia mais digna e respeitada e orientar a sua ação para uma vertente mais política e menos individualista, salientando que o novo regimento permite maior capacidade de intervenção política por parte dos grupos municipais por via do agendamento de assuntos de interesse relevante para o município, ainda que tal instrumento só tenha sido usado pelo CDS.

Agradeceu ao executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, pela colaboração e disponibilidade na prestação de contas e esclarecimento dos assuntos em apreciação; a todos os Grupos Municipais e respetivos representantes; aos membros da mesa pelo apoio prestado, bem como aos serviços que contribuem para o melhor funcionamento e preparação das Assembleias.

Não tendo havido mais inscrições para o efeito e sem mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Sessão, eram dezanove horas, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada por Vânia Martins Filipe, Técnica Superior que a lavrou e pelo senhor Presidente da Assembleia, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente da Assembleia, _____

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma
digital por MANUEL
AUGUSTO MEIRINHO
MARTINS
Dados: 2025.12.09
17:55:28 Z

Manuel Augusto Meirinho

A Técnica Superior, _____

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**
Num. de Identificação: 13572410
Data: 2025.12.15 17:20:05+00'00'

Vânia Martins Filipe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 04/2025 – ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 05 DE SETEMBRO DE 2025

Anexo 1

Combate aos incêndios - Propostas de voto de louvor

“Pelo Partido Social Democrata

O Grupo Municipal do PSD propõe este voto de louvor em reconhecimento do espírito de missão e sacrifício demonstrado por todos os cidadãos e entidades envolvidos no combate aos incêndios florestais que assolaram o concelho do Sabugal entre os dias 15 e 18 de agosto.

Temos, assim, o propósito de agradecer e enaltecer as qualidades dos homens e das mulheres que, com determinação, empenho e coragem, combateram, sem tréguas, os incêndios, para além dos limites físicos e psicológicos, garantindo a segurança das comunidades.

A dimensão da tragédia teria sido muito maior se as pessoas, de forma voluntária e abnegada, não tivessem colaborado permanentemente com as forças de segurança e de proteção civil no combate aos fogos e na defesa da vida e da propriedade.

É, pois, imprescindível destacar o papel incansável da população, dos profissionais e voluntários das diversas corporações de Bombeiros Voluntários, da Guarda Nacional Republicana, da Proteção Civil, das Juntas de Freguesia, dos trabalhadores da autarquia e de outras organizações.

Este voto é igualmente dirigido àqueles que, de forma indireta, contribuíram para o sucesso das operações de combate, como os operacionais de logística, os técnicos de apoio e todos os que trabalharam incansavelmente nos bastidores, assegurando os recursos e o apoio necessários.

A todos, expressamos o mais profundo respeito e reconhecimento.

Pelo Partido Socialista

Queremos aqui homenagear as mulheres, os homens e as Juntas de Freguesia que tiveram de combater os incêndios, eram todos eles merecedores de uma medalha, foram sem dúvida os grandes heróis deste mês de agosto.”

Anexo 2

Intenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal

“As primeiras palavras são para as vítimas do incêndio, desde logo os familiares de Daniel Filipe, para todos os que sofreram física e psicologicamente com o drama daquele fim de semana e para todos os que foram lesados no seu património, tantas vezes com valor sentimental insubstituível.

Quero deixar uma palavra de agradecimento a todos os intervenientes nas operações de combate: bombeiros, proteção civil, forças policiais, autarcas, IPSS's, organizações diversas e particulares, gente do concelho sempre voluntária.

Uma palavra para o executivo municipal e permitam-me destacar a figura do senhor Presidente, contrariamente a todo o discurso lamentável e errático que ia sendo produzido nas redes sociais, foram incansáveis, estiveram onde acharam que deveriam estar e algumas vezes onde era possível estar. Sempre disponíveis para coordenar no terreno os meios que tinham ao seu dispor. Estive com o senhor Presidente no terreno logo nas primeiras horas do dia, durante a tarde onde tudo se complicou e também de madrugada. Muitos telefonemas para dar e receber orientações

num cenário muitas vezes caótico só percebido por quem já tenha passado por situações destas. Agradeço-lhe todo o esforço e toda a entrega.

Sabemos hoje que as causas desses 2 incêndios se ficaram a dever a negligência, como aliás aconteceu com cerca de 40% dos incêndios com causa apurada. É um número assustador e bem representativo do que ainda falta fazer em matéria de educação para o uso do fogo.

Sentimos neste trágico fim de semana as consequências de uma escassez de meios provocada por um grande número de ocorrências noutros pontos do país, tivemos de improvisar e convocar as autarquias e os populares num combate difícil, tanto pela dimensão como pelas condições atmosféricas que se verificaram. Fizemos o que pudemos com os meios que tínhamos e com o conhecimento que ao longo dos anos fomos apreendendo.

Terminado este primeiro ato, vem a reflexão.

Começo por aquilo que não está ao nosso alcance alterar, mas que devemos lembrar. Desde logo a necessidade de produção legislativa para repor a atividade agrícola nas nossas terras; imperativas alterações legislativas no que diz respeito à retirada de restrições às operações de limpeza em qualquer momento do ano; alterações na rigidez da legislação relativa a certas particularidades das técnicas de combate, nomeadamente o uso de fogo técnico; alterações na cadeia de comando com leis de coordenação nacional e criação de protocolos unificados para situações de emergência; legislação que obrigue a manter contingentes mínimos em regiões críticas, como é o caso da nossa do nosso concelho, indexando esses efetivos à dimensão do território e não à população; criação de fundos permanentes vinculados ao combate a incêndios; criação de mecanismos de reparação ambiental mais rigorosos. Depois sim, podemos falar do que nós podemos fazer, desde logo continuar as ações de informação e formação sobre o uso do fogo; substituímo-nos ao poder central no reforço da atividade agrícola, na medida das nossas possibilidades, com investimentos do município, mas também das freguesias. Continuar esse árduo trabalho de gestão de combustível num concelho que, como em tantos outros, existem tantas terras sem dono conhecido.

No que ao combate diz respeito, ficou claro neste incêndio o papel fundamental que as autarquias podem ter.

O reforço dos meios dos equipamentos de cada freguesia seria imprescindível, mas também a formação de equipas de voluntários, com treinos regulares para manter um mínimo de coesão em caso de incêndio.

Somos nós que melhor conhecemos o terreno e temos o histórico dos anos passados, só temos de estar melhor organizados.

Finalmente, no que diz respeito à vantagem de acorrer ao incêndio em tempo útil, temos de aumentar a solidariedade entre as freguesias para outro patamar e para outro nível de prontidão.”

Anexo 3

Intervenção da Sr.ª Silvina Vaz

“Sr. Presidente da Câmara Vítor Proença, como todos sabemos os incêndios no concelho do Sabugal tiveram o seu início no dia 15 de agosto, em Aldeia de Santo António. No dia 16 de agosto surge o incêndio em Sortelha.

Os incêndios ameaçaram muitas das nossas freguesias e respetivas anexas do nosso concelho.

Houve Sr. Presidente da Câmara uma falta de comunicação do seu executivo, nos dias de maior risco para muitas das freguesias nos dias 16, 17 e 18 de agosto.

Sr. Presidente ativou o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil no final do dia 18 de agosto.

Nestes dias, o n.º de operacionais no terreno era diminuto.

Por que razão não tornaram público a ativação do Plano Municipal' no caso de incêndio o documento define expressamente que 'o plano deve ser ativado sempre que um incêndio não dominado atinja o período de duração de 24 horas, ou se preveja que tal possa acontecer', porque o fez tão tarde?

No primeiro comunicado da Câmara sobre os incêndios no concelho do Sabugal é de 19 de agosto, este comunicado continua a não referir a ativação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, diz, no entanto, e passo a citar 'na próxima Reunião de Câmara iremos propor ao Governo, que decreta o estado de calamidade para o Município do Sabugal'.

Sr. Presidente, não deveria ter acionado o Plano Municipal mais cedo? Torná-lo público, para pressionar as chefias nacionais da Proteção Civil a enviarem mais meios de combate para o nosso concelho?

Sr. Presidente da Câmara já há um cálculo dos prejuízos que estes incêndios provocaram?

Sr. presidente é necessário dar apoio às Juntas de Freguesia para estas terem alguns meios de combate na fase inicial dos incêndios, tais como: kits, cisternas, mangueiras, etc.

Sr. Presidente da Câmara, pode informar-nos se a APAL vai ter em consideração o pagamento da água nas freguesias fustigadas pelos incêndios?"

Anexo 4

Intervenção do Sr. Presidente da Câmara

“O incêndio iniciou dia 15-08-2025, em Aldeia de Santo António, às 14:41. No dia 16 inicia outro incêndio na zona das Águas Radium, contando apenas com o apoio dos bombeiros do Sabugal e do Soito, bem como a população.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil foi ativado com efeitos a partir das 08:00 horas do dia 18 de agosto de 2025 e desativo com efeito às 20h00 do dia 25 de agosto de 2025, tendo sido dado conhecimento à Câmara Municipal, ao Presidente da Assembleia Municipal, ao Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil das Beiras e Serra de Estrela, aos Presidentes dos Municípios limítrofes, à Guarda Nacional Republicana, aos demais membros da Comissão Municipal de Proteção Civil.

A ativação do PMEPC implicou as seguintes ações:

- *O acompanhamento permanente da situação pela Comissão Municipal de Proteção Civil, através da Sala de Situação Municipal e de briefings regulares.*
- *Abertura da cantina da escola com 9 funcionários/diariamente - confeccionadas 4952 refeições (2504 Almoços e 2448 jantares), entre 16 e 23 agosto; - Serviços de apoio e abastecimento alimentar - 2 funcionários (aquisição de bens alimentares de reforço na cantina);*
- *Oficinas – 2 mecânicos - diariamente /24 horas disponíveis;*
- *Operacionais de máquinas – 7 funcionários/24 horas disponíveis (1 retroescavadora, 1 máquina de rastro, 1 camião de abastecimento de água);*
- *Serviços Proteção Civil – 5 funcionários (incorporam a célula de logística no teatro de operações e comunicação de avarias juntos das entidades PT, EDP, Estradas de Portugal sendo os mesmo o elo de ligação com os Presidentes de Junta de Freguesias);*

- *Piscinas Municipais – 4 funcionários/24 horas disponíveis (designado ZCR-Zona de Concentração e Reserva (Banho e dormidas) para as GRIR - Grupo de Reforço para Incêndios Rurais de Lisboa, Setúbal, Alto Alentejo e Oeste e Évora;*
- *Serviço de águas – 3 funcionários (reposição de águas nas freguesias);*

Os Serviços Municipais, em articulação com entidades privadas:

- *Houve compromisso com os dois postos de combustíveis alternadamente de estarem disponíveis 24 horas para abastecimento de viaturas que se encontravam no teatro de operações.*
- *Compromisso com a oficina de reparações de pneus de estarem disponíveis 24 horas, para reparações urgentes.*

Sobre o número de operacionais diários (total – 3145 pessoas):

Dias	Operacionais	Estado do Incêndio
15/ago	160	Em Curso 14:42 horas
16/ago	247	Em Curso
17/ago	360	Em curso
18/ago	434	Em curso
19/ago	507	Em curso
20/ago	450	Em curso
21/ago	371	Em curso
22/ago	182	Em Resolução 02:00 horas
23/ago	113	Em Resolução
24/ago	99	Em Resolução
25/ago	54	Em Resolução
26/ago	33	Em Resolução
27/ago	33	Vigilância 16:45 horas
28/ago	28	Vigilância
29/ago	26	Vigilância
30/ago	22	Vigilância
31/ago	13	Vigilância
01/set	13	Encerrada 20:00 horas

Há a lamentar a perda de uma vida humana. Verificaram-se danos em alguns anexos e barracões agrícolas.

A área ardida é cerca de 20.000 hectares, dos quais 3.500 integram a Reserva Natura 2000.

O município presta auxílio na recuperação da área afetada, através das seguintes medidas:

- *Aquisição de palha de cereal para alimentação dos animais, para os lesados.*
- *Criação de equipas técnicas para a elaboração de formulários de candidatura de apoio agrícola, com o apoio das Juntas de Freguesia e das associações de agricultores.*
- *Aquisição imediata de culturas específicas que favoreçam a alimentação de espécies cinegéticas.*
- *Levantamentos de danos referente a sinalética rodoviária.*
- *Levantamento de danos de PT.*
- *Levantamento de danos referente a áreas florestais.*

Por último, de ressaltar ainda o papel importantíssimo das Juntas de Freguesia e da população no combate aos incêndios.

Plano Municipal de Defesa da Floresta

É elaborado a cada 10 anos e revisto anualmente. propõe estabelecer uma estratégia municipal que define medidas necessárias para o efeito e o planeamento integrado das intervenções de diversas entidades com responsabilidades nesta matéria, de acordo com os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI).

Existe um conjunto de entidades (Infraestruturas de Portugal, ICNF, E-Redes, Proprietários/arrendatários, Câmara Municipal de Sabugal em parceria com as Organizações de Produtores Florestais e as Juntas de Freguesia, Entidades gestoras de infraestruturas), que integram o Sistema de Defesa da Floresta, no qual assumem a responsabilidade pela execução das Faixas de Gestão de Combustível:

- *Infraestruturas de Portugal - Entidade responsável pela faixa marginal às Estradas Nacionais (EN): área: 8,1 ha;*
- *Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – Entidade responsável pela execução da rede primária e estruturante, executada em locais estratégicos de condições favoráveis ao combate a incêndios rurais, delimitada em solo rústico, e devidamente demarcada no PMDFCI, numa extensão/largura de 125 m - área de 164,28 ha.;*
- *E-Redes - Entidade responsável pelo espaço marginal à rede elétrica de média e alta tensão;*
- *Finerge, SA – responsável pelas linhas elétricas que servem os parques eólicos);*
- *Proprietários/arrendatários: responsáveis pela limpeza dos terrenos marginais aos seus edifícios, numa faixa de 50 metros e à volta do aglomerado populacional;*
- *Sapadores Florestais da CIMBE – Execução de uma área determinada pelo ICNF;*
- *Câmara Municipal de Sabugal em parceria com as Organizações de Produtores Florestais; e, Juntas de Freguesia, a quem o município transfere a verba necessária à execução das faixas de gestão de combustível marginais à rede viária municipal (5 e 10 m), realizadas por adjudicação das Juntas de Freguesia.*

Os 39 pontos de água e as 2 albufeiras estão definidos no Plano.”

O Presidente da Assembleia,

MANUEL
AUGUSTO
MEIRINHO
MARTINS

Assinado de forma digital
por MANUEL AUGUSTO
MEIRINHO MARTINS
Dados: 2025.12.15
15:29:02 Z

Manuel Augusto Meirinho

Assinado por: **Vânia Martins Filipe**
Num. de Identificação: 13572410
Data: 2025.12.15 17:21:23+00'00'

A Técnica Superior, _____

Vânia Martins Filipe